



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Pela DSATS  
Secretária-Geral

06/08/07

*unifair*

Ofº nº 6066/MAP - 3 Agosto 06

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 4264	06-07-2006	Registo nº 3830	10-07-2006

**ASSUNTO:** RESPOSTA REQUERIMENTO N.º 2405/X (1ª) - AC DE 5 DE JULHO DE 2006, DOS SENHORES DEPUTADOS AGOSTINHO BRANQUINHO E OUTROS (PSD) - TRIBUNAL DE COMARCA E DO TRABALHO DA MAIA

JORGE COSTA  
PAULO RANGEL  
MIGUEL SANTOS  
SERGIO VIEIRA  
PIGNATELLI QUEIROZ

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 3813 de 3 de Agosto, do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

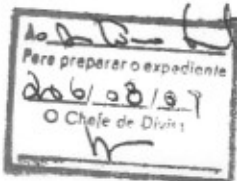
Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

*Maria José Ribeiro*

Maria José Ribeiro

SMM



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Direcção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado  
Entrada N.º 3083 em 06/08/07



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

GABINETE do MINISTRO  
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 4388

Data 3 / 8 / 2006

Exma. Senhora  
Chefe de Gabinete de  
Sua Excelência o Ministro dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento (A.R.)  
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA  
Of. 5189/MAP

SUA COMUNICAÇÃO  
10.07.2006

NOSSA REFERÊNCIA  
Pº 396/2005

LISBOA = 3 AGO. 2006

- N.º 3813

**ASSUNTO: Requerimento nº 2405/X(1ª) – AC de 5 de Julho de 2006 dos deputados do PSD  
Tribunal de Comarca e do Trabalho da Maia**

Em resposta ao requerimento apresentado pelos Senhores Deputados do PSD, relativamente ao Tribunal de Comarca e do Trabalho da Maia, cumpre-me informar:

O projecto de construção do Tribunal de Comarca e do Trabalho da Maia é um projecto que data de 2001, altura em que a Câmara Municipal da Maia propôs a cedência de um terreno para a respectiva construção;

Em Setembro de 2002, o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, informou a Câmara Municipal da Maia da aprovação do terreno proposto pela autarquia solicitando que fosse formalizada a respectiva doação;

Em Fevereiro de 2003, o mesmo Instituto remeteu uma minuta de um protocolo a celebrar pelas duas entidades para a construção do Palácio da Justiça;

Em Abril de 2003, quando tudo estava encaminhado para a doação do terreno e construção do palácio, em reunião na Câmara Municipal da Maia, foi solicitada a alteração da localização do Palácio e apresentada uma nova solução, nomeadamente, a cedência de um terreno no qual havia sido iniciado uma construção (entretanto parada) e que implica a adaptação do projecto inicial à construção do Palácio da Justiça;

Neste sentido, apesar de em Junho de 2003 ter sido assinado entre o Ministério da Justiça e o Presidente da Câmara Municipal da Maia, um memorando de entendimento, onde

MA/AM



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

ficou prevista a ponderação técnica, jurídica e financeira da adaptação do imóvel, entre 2003 e 2005 não houve qualquer estudo de readaptação do imóvel nem nenhum projecto de construção do mesmo;

Ora, a situação herdada pelo actual Governo, no qual se pretende a readaptação de um espaço já construído para um futuro Palácio da Justiça da Maia implica um financiamento superior ao projecto inicial;

Assim o Ministério teve necessidade durante o último ano face aos compromissos assumidos por anteriores Governos, redefinir objectivos e prioridades de forma a que, com recurso aos meios financeiros disponíveis possa, no mais curto prazo possível, proceder à construção do novo Palácio da Justiça da Maia;

A situação de elevada pendência de processos existentes na comarca da Maia deve-se em grande medida ao facto de, desde 2001, e por sucessivos governos, se ter adiado consecutivamente investimentos nesta comarca, independentemente de se saber, nessa altura, que a construção de tal edifício iria demorar alguns anos;

Ao contrário da situação herdada do passado, o Ministério da Justiça tem, por um lado, desenvolvido esforços no sentido de intervir nos problemas mais prementes da comarca da Maia, como sejam o novo Juízo de Execução e as novas instalações do tribunal do Trabalho, bem como, ao reenquadrar financeiramente a construção do futuro Palácio da Justiça nas prioridades de investimento deste Ministério, dar um novo incentivo à sua construção;

Assim, dada a situação da comarca da Maia, o Ministério da Justiça encontra-se a preparar a instalação do Juízo de Execução da Maia, criado por Decreto-Lei desde 2003 e que, só após os esforços desenvolvidos pelo actual Governo, vai ser possível instalar e começar a resolver a situação dos processos executivos existentes na Maia;

Igualmente, aproveitando o ensejo de criação do novo Juízo de Execução da Maia, o Ministério da Justiça realizou no último ano, um conjunto de obras de forma a reinstalar o Tribunal do Trabalho em instalações com mais espaço e melhores condições de funcionamento;

Estas obras encontram-se em fase de finalização prevendo-se a abertura das duas novas instalações da Justiça na Maia até ao final do corrente ano o que representa uma aposta considerável do Ministério da Justiça na região;

MAJAM



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

Quanto à especialização de varas, conforme tem decorrido do debate público lançado em Julho do corrente ano sobre a reforma do mapa judiciário, tem sido consensual a necessidade da especialização das varas dos Tribunais, situação que está a ser devidamente ponderada e será objecto de divulgação aquando da publicação do relatório final sobre o mapa judiciário;

Quanto à transferência dos cerca de 17.000 processos executivos existentes para o novo Juízo de Execução da Maia esclarece-se que o Ministério da Justiça está a acompanhar todo o processo de forma a evitar qualquer problema, relembrando neste propósito que desde há um ano que foram abertos o 2º Juízo de Execução do Porto, o 3º Juízo de Execução de Lisboa, o Juízo de Execução de Guimarães e o Juízo de Execução de Oeiras, encontrando-se este Ministério a preparar um conjunto de medidas que estão a ser objecto de audição junto de todas as forças políticas no sentido de garantir um consenso alargado sobre as soluções que se pretendem implementar em matéria da acção executiva.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete,

(Filipe Costa)

Rui Santos  
Adjunto do Ministro da Justiça  
Em substituição do Chefe do Gabinete  
(Despacho n.º 13918/2005, II Série, de 23 de Junho)